

ENTRE O ACESSO E O ÊXITO: PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGRAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Caroline da Silva Ança

UFRGS

caroline.anca@riogrande.ifrs.edu.br

Neusa Chaves Batista

UFRGS

neuchaves@gmail.com

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir de 2008, redefiniu o papel dessas instituições federais. A proposta governamental para a Educação Profissional e Tecnológica atribuiu a essas instituições uma função que ultrapassa a oferta de ensino técnico e tecnológico de nível superior: passaram a incentivar a oferta de cursos técnicos vinculados à modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio, além de atuar como polos irradiadores de ações voltadas ao desenvolvimento social, político e tecnológico de suas regiões. A expansão orientada aos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio fundamentou-se na compreensão de que a formação humana e cidadã precede a qualificação para o exercício do trabalho, garantindo que as(os) estudantes se desenvolvam continuamente ao longo de suas trajetórias (Brasil, 2008).

Nesse contexto, a promulgação da Lei de Cotas nº 12.711/2012, representou um marco na democratização do acesso à educação pública federal, ao estabelecer que 50% das vagas em instituições federais devem ser reservadas para estudantes egressos de



escolas públicas, considerando critérios socioeconômicos e raciais. Embora essa política, com suas atualizações normativas, tenha ampliado significativamente o acesso de estudantes historicamente excluídos à Rede Federal, persistem questionamentos acerca das condições institucionais capazes de assegurar a permanência e o êxito acadêmico das(os) estudantes.

Este estudo constitui-se em recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga a permanência e o êxito de estudantes negras cotistas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio nos Institutos Federais do Rio Grande do Sul. No âmbito deste trabalho, mobilizam-se indicadores acadêmicos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) como estratégia analítica para examinar as desigualdades raciais nas trajetórias escolares em três instituições da Rede Federal no estado: IFRS, IFSul e IFFar.

DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa adota a análise crítica de dados quantitativos utilizando indicadores educacionais da PNP, sistema oficial do Ministério da Educação que reúne dados estatísticos sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foram analisados indicadores referentes aos cursos técnicos integrados ao ensino médio vinculados ao eixo tecnológico Controle e Processos Industriais ofertados pelos Institutos Federais do Rio Grande do Sul (IFRS, IFSul e IFFar), considerando o cruzamento dos marcadores de sexo e classificação racial.

A análise considerou o cruzamento desses marcadores, procurando compreender as trajetórias escolares de estudantes negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, concentrando-se especialmente nas experiências das estudantes mulheres.

A análise dos indicadores evidencia diferenças importantes entre as instituições. Em 2023, na média geral dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, o IFSul



apresentou os indicadores mais críticos, com taxa de evasão de 46,09% e eficiência acadêmica de 49,02%. No mesmo período, o IFRS registrou evasão de 27,99% e eficiência acadêmica de 69,04%, enquanto o IFFar apresentou evasão de 33,71% e eficiência acadêmica de 64%. Esses dados indicam que, mesmo no interior da Rede Federal, existem diferenças institucionais significativas que impactam as trajetórias escolares das(dos) estudantes.

Quando analisados a partir do cruzamento entre raça e sexo, os indicadores revelam desigualdades ainda mais expressivas. No caso do IFRS, os dados evidenciam um padrão racial particularmente significativo nos processos de evasão e retenção. Em 2023, por exemplo, 66,67% das estudantes pretas evadiram, enquanto entre estudantes brancas a evasão foi de 31,82%. Diferenças semelhantes aparecem nos outros anos analisados, indicando que estudantes pretas e pardas concentram, de forma recorrente, os indicadores mais desfavoráveis de permanência.

No IFSul, o cenário mostra-se ainda mais crítico: nesse mesmo ano (2023), a evasão entre estudantes mulheres pretas alcançou 77,78%, enquanto entre estudantes brancas foi de 33,78%. Entre estudantes pardas, a evasão chegou a 66,67%. Esses dados indicam que mulheres negras (pretas e pardas) concentram, de forma recorrente, os indicadores mais desfavoráveis de permanência, evidenciando que as desigualdades educacionais não se distribuem de forma homogênea entre os grupos sociais, mas assumem contornos que articulam raça e gênero.

Para interpretar essas desigualdades, mobiliza-se a concepção de justiça social multidimensional (de redistribuição socioeconômica, de reconhecimento cultural e participação política) proposta por Nancy Fraser (2008) articulada com o referencial de interseccionalidade elaborado por Collins (2022). Nessa perspectiva, a política de cotas



pode ser compreendida como uma estratégia de justiça social para a ampliação do acesso à educação pública federal.

Entretanto, os indicadores analisados sugerem que a ampliação do acesso não garante, por si só, condições equitativas de permanência. As elevadas taxas de evasão entre estudantes negras indicam a persistência de desigualdades relacionadas ao reconhecimento, expresso em culturas institucionais marcadas por hierarquias raciais e de gênero, e às condições de participação dessas estudantes nos espaços formativos.

A esse respeito Batista (2025), que destaca que, para entender se as políticas públicas realmente reduzem desigualdades, precisamos analisar marcadores sociais como raça, gênero, classe, capacitismo em suas intersecções, pois eles entrelaçados produzem exclusões estruturais, que não aparecem quando examinamos cada marcador de diferenças separadamente.

A própria utilização da Plataforma Nilo Peçanha como fonte de dados revela limites importantes. Embora seja um instrumento fundamental de transparência e monitoramento da Rede Federal, a ausência de indicadores sistemáticos sobre permanência e êxito de estudantes cotistas evidencia um problema. Conforme argumenta Devulsky (2021), aquilo que não é produzido como dado tende a permanecer invisível, restringindo possibilidades de intervenção. Mills (2018) contribui para essa análise ao demonstrar que regimes sociais de ignorância produzem desconhecimento ativo acerca das desigualdades raciais, dificultando que instituições reconheçam seus próprios mecanismos de reprodução da exclusão.

Nesse sentido, os indicadores analisados revelam que a permanência e o êxito escolar não podem ser compreendidos apenas a partir do desempenho individual das(dos) estudantes, mas devem ser analisados à luz das condições institucionais, culturais e



políticas que estruturam as possibilidades de reconhecimento e participação de diferentes grupos sociais no interior das instituições educativas.

CONCLUSÕES

Transformar o acesso em permanência exige reorientar as políticas institucionais para além da centralidade dos recursos financeiros administrados pela assistência estudantil, incorporando dimensões pedagógicas, curriculares e de gestão educacional. Nesse sentido, a permanência deve ser compreendida não apenas como indicador administrativo, mas como expressão da efetivação do direito à educação e parâmetro de qualidade das políticas públicas.

Os resultados deste estudo sugerem a necessidade de ampliar os sistemas de monitoramento da Rede Federal, incorporando de forma sistemática recortes raciais, de gênero e de trajetória escolar, de modo a tornar visíveis desigualdades historicamente naturalizadas. Tal movimento implica, simultaneamente, a revisão de práticas pedagógicas, a problematização das culturas institucionais e a consolidação de processos formativos comprometidos com o enfrentamento do racismo estrutural no cotidiano escolar.

Ao evidenciar desigualdades raciais nas trajetórias acadêmicas de estudantes negras nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, o estudo contribui para qualificar o debate sobre políticas públicas educacionais ao deslocar a permanência de uma leitura centrada no desempenho individual para uma compreensão estrutural das desigualdades educacionais.

Nessa direção, Walsh (2015) contribui ao indicar que a transformação institucional também se produz por meio das “esperanças pequenas”, isto é, práticas político-pedagógicas cotidianas e coletivas capazes de tensionar a normalização das



desigualdades. Ao compreender as instituições educativas como espaços atravessados pela colonialidade, a autora aponta para a potência das ações que emergem nas “rachaduras” do cotidiano institucional, sustentando processos de re-existência e produção de pertencimento.

Mais do que ampliar o acesso, trata-se de construir instituições capazes de garantir que estudantes negras não apenas ingressem, mas permaneçam, concluam e tenham suas trajetórias reconhecidas como parte constitutiva do projeto democrático da educação pública.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Concepções e diretrizes dos Institutos Federais**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), 2008.

BATISTA, Neusa Chaves. **Justiça social e interseccionalidade na produção da política afirmativa de cotas para o ingresso de estudantes de escolas públicas em universidades federais brasileiras**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Fraser, Nancy. **Escalas de Justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2008.

LOMBARDI, Maria Rosa; GONZALEZ, Débora de Fina. Engenharia e gênero: as mutações do último decênio no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MILLS, Charles W. **Ignorância branca**. Salvador: Griot, 2018.



WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir,(re)existir y (re)vivir*. TOMO II. Ediciones Abya-Yala, 2015



XXXII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
II COLÓQUIO POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
14 A 18 DE JUNHO DE 2020
SALVADOR - BAHIA